

# A VALIDADE DA ENTREVISTA COMO COMPLEMENTO NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO TRÂNSITO

## THE VALIDITY OF THE INTERVIEW AS SUPPLEMENT IN PSYCHOLOGICAL EVALUATION IN TRANSIT

PEDRO FRANÇA GRILLO<sup>1\*</sup>, ELIANE ALICRIM DE CARVALHO<sup>2</sup>

1. Acadêmico do Curso de Psicologia da UNINGÁ – Centro Universitário Ingá; 2. Mestre Docente do Curso de Psicologia da UNINGÁ-Centro Universitário Ingá.

\*Rua Alfredo Pujol, 1436, Zona 05. Maringá, Parná, Brasil. CEP: 87015-250. [pedrogrillo@icloud.com](mailto:pedrogrillo@icloud.com)

Recebido em 16/09/2016. Aceito para publicação em 11/12/2016

### RESUMO

A Avaliação Psicológica do Trânsito, de acordo com a Legislação vigente, por meio dos seus métodos, é aplicada em milhões de brasileiros, habilitando-os ou não a conduzir veículos. Os mais diversos comportamentos desenvolvidos pelos condutores influem na maneira de utilização do espaço público. Portanto, este estudo teve como objetivo descrever as contribuições da Entrevista na Avaliação Psicológica no trânsito. A Psicologia do trânsito por meio das técnicas da avaliação psicológica utilizadas tem como finalidade auxiliar na identificação de adequações psicológicas mínimas para o correto e seguro exercício da atividade de conduzir um veículo automotor, para tentar garantir a segurança do condutor, do trânsito e dos demais envolvidos (Conselho Federal de Psicologia, 2000). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo. A pesquisa foi limitada a artigos publicados em periódicos indexados, com os seguintes descritores: Avaliação. Entrevista. Psicologia. Trânsito. Embora este estudo possa contribuir para um maior conhecimento e difusão das práticas que vêm sendo desenvolvidas em relação à Entrevista na avaliação psicológica no contexto do trânsito, recomendam-se novos estudos com a finalidade de uma compreensão mais completa da área.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação, entrevista, psicologia, trânsito.

### ABSTRACT

The Psychological Assessment of Traffic, according to current legislation, through its methods, is applied to millions of Brazilians, enabling them or not to drive. The various behaviors developed by drivers influence the way of use of public space. Therefore, this study aimed to describe the contributions of Interview in Psychological Assessment in traffic. The Psychology of traffic through the techniques of psychological evaluation used is to assist purpose in identifying minimum psychological adjustments for the correct and safe exercise of the activity of driving a motor vehicle, to try to ensure driver

safety, transit and other involved (Federal Council of Psychology, 2000). This is a bibliographic research, descriptive nature. The search was limited to articles published in journals indexed with the following descriptors: Evaluation. Interview. Psychology. Traffic. While this study may contribute to a better understanding and dissemination of practices that have been developed in relation to the interview in psychological assessment in traffic context are recommended new studies for the purpose of a more complete understanding of the area.

**KEYWORDS:** Avaliation, interview, psychology, traffic.

### 1. INTRODUÇÃO

Panichi & Wagner (2006) dizem que aproximadamente 90% dos casos de acidentes são atribuídos a fatores humanos, enquanto que somente 10% são vinculados a condições ambientais, ou do veículo.

A importância de analisar o comportamento humano no trânsito e investigar todas as condições e estímulos que causam tais problemas é relevante devido à necessidade de reverter à situação atual e propor medidas que amenizem suas consequências. Levantamento realizado pelo IPEA - Instituto Pesquisa Econômica - aplicada em 2003 mostra que o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking mundial em acidentes de trânsito.

De acordo com Pires (2008), o CTB – Código de Trânsito Brasileiro, é o dispositivo legal que regulamenta o trânsito no Brasil.

Segundo Souza (2010), o trânsito é uma necessidade básica do ser humano, e devido às modificações ocorridas até então, pode evoluir e aperfeiçoar a invenção do veículo.

O comportamento do ser humano tem sido tema de estudo de diversos pesquisadores, devido à abordagem multidisciplinar que esse tema compreende. No entanto a psicologia tem contribuído em grande escala no aprimoramento destes estudos, corroborando com essa afirmativa, Oliveira (2006), relata o ser humano como um ser

biopsico-sócio histórico, aquele que é produto das associações que ele próprio estabelece ao longo da vida, podemos assim, incluir o trânsito neste contexto.

A aplicação da psicologia no trânsito teve início na década de 1920 no Brasil, tendo início com as aplicações técnicas de exames psicológicos (HOFFMANN & CRUZ, 2011a), antes mesmo da regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil. As primeiras bases da prática futura do psicólogo no contexto do trânsito foram estabelecidas em 1941, com o Decreto-lei n. 2.994/1941 do Código Nacional de Trânsito (CNT), que teria como condição para obtenção da habilitação para condutor de veículos, exames fisiológicos ou médico e psicológico (SILVA, 2012).

Com a normatização da profissão do psicólogo em 1962, os psicólogos se inseriram efetivamente no processo de habilitação dos DETRANS (Departamento de Trânsito), assim, a obrigatoriedade dos exames psicológicos para obtenção da habilitação consolidou-se no Brasil através da aprovação do Código Nacional de Trânsito em 1966, substituindo o de 1941 (HOFFMANN & CRUZ, 2011a). A partir daí, são abertos novos rumos para atuação do psicólogo no trânsito, levando ao desenvolvimento da Psicologia do Trânsito enquanto subárea da psicologia, com o propósito de investigar os comportamentos humanos no trânsito, os fatores e processos externos e internos, conscientes e inconscientes que os provocam e o alteram (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2000).

A partir do pressuposto que explica o Behaviorismo, Bock *et al* (2002) e Lucca (2004), relatam que o comportamento não pode ser compreendido de maneira limitada, mas sim numa interação com o seu ambiente, definindo dessa forma a conduta do indivíduo, como um conjunto de condicionamentos e aprendizados que afetam as interações socioambientais.

Desde a década de 1950, a avaliação psicológica começou a fazer parte do processo de habilitação, sendo atualmente, parte de um processo, etapa preliminar, obrigatória, eliminatória e complementar, visto que tal avaliação é uma prática bastante difundida e utilizada, para todos os candidatos a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (SILVA; ALCHIERI, 2007).

No contexto do trânsito, a fase de Entrevista deve ser realizada individualmente, tendo duração média de tempo sugerida pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN de 30 minutos. A etapa de aplicação de Testes Psicológicos pode ser realizada coletivamente e possui duração de aproximadamente duas horas. Após o término das etapas supracitadas, o profissional psicólogo avalia se o candidato necessita realizar mais etapas de avaliação (DETRAN, 2015). Desta forma, a Entrevista funciona como uma técnica de complementação aos resultados obtidos com a aplicação dos testes, e vice-versa.

Essa fase de entrevista passa a ser de caráter obriga-

tório apenas a partir de 2008, com a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN n° 267, de 15 de fevereiro de 2008 que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas responsáveis por estes procedimentos. Nesta resolução está contido todo o roteiro da entrevista psicológica, bem como todos os dados que deverão ser observados e registrados, que são eles: identificação pessoal; motivo da avaliação psicológica; histórico escolar e profissional; histórico familiar; indicadores de saúde/doença; aspectos da conduta social; envolvimento em infrações e acidentes de trânsito; opiniões sobre cidadania e trânsito; sugestões para redução de acidentes de trânsito (Resolução CONTRAN 267/2008).

A pesquisa realizada por Silva e Alchieri (2007) apresenta uma relação de estudos empíricos e nacionais sobre os métodos de avaliação utilizados nos processos com candidatos a condutores. Em relação aos instrumentos e aos critérios de avaliação, parece também não haver um consenso. Alchieri e Stroehrer (2002), por exemplo, observaram a diversidade de instrumentos e critérios utilizados pelos psicólogos, bem como a falta de padronização no processo avaliativo, sendo identificados 14 instrumentos usados para avaliar personalidade em todo o país e um total de 2.056 indicadores para classificar o indivíduo apto/inapto.

Este estudo pretende contribuir para o aprimoramento dos estudos acerca da Entrevista Psicológica aplicada no trânsito, buscando os melhores meios de avaliação com o avanço de pesquisas, visto que cada indivíduo tem uma experiência diferente de vida, cultura e valores, que carrega para o trânsito, influenciando significativamente na forma de conduzir. Portanto, cada vez mais se tem buscado aprimorar os estudos para que os candidatos à CNH sejam avaliados de forma sistemática, de modo a reduzir o número de acidentes, e a fim de propor medidas que solucionem essa problemática.

Enfim, esta pesquisa é importante de modo a agregar conhecimento a literatura já conhecida, e despertar o interesse dos órgãos competentes de sistematizar o processo, estabelecendo medidas que sejam necessárias a evitar futuros problemas, insistindo na conscientização, e realizando quando necessárias medidas de conscientização impactantes. Portanto, diante do que foi explanado o objetivo do presente estudo foi descrever as contribuições da Entrevista na Avaliação Psicológica do Trânsito.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo. Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para realizar a etapa do levantamento bibliográfico, optou-se pela busca de artigos em bases nacionais, com

acesso livre e gratuito nas bases Lilacs, SciElo, Pepsic. A pesquisa foi limitada a artigos publicados nos últimos 15 (quinze) anos em periódicos indexados, ou seja, artigos e publicações compreendidas entre 2000-2015, o período estendeu-se devido à escassez de material com essa abordagem, foi utilizado os seguintes descritores: Avaliação; Entrevista; Psicologia; Trânsito.

A análise foi realizada considerando informações específicas de cada artigo relacionadas à autoria, ano de publicação, país, população, tipo de pesquisa, instrumento utilizado para coleta de dados e os resultados encontrados. Portanto, seguindo as etapas de operacionalização da revisão de literatura, foram definidos como método de inclusão os artigos que abordavam os mais diversos métodos que a Psicologia agrega quando aplicada ao trânsito. E como critério de exclusão foram os artigos que por mais que abordavam a psicologia no trânsito, não atendiam aos objetivos do presente estudo e estivesse fora do período de publicação estabelecido para este estudo.

### 3. DESENVOLVIMENTO

A Psicologia do Trânsito consiste em investigar os elementos do ser humano e da sociedade, por meio do estudo de uma variedade de comportamentos nas mais diversas situações percebidas na relação estabelecida no trânsito, oferecendo métodos educativos e sugerindo práticas para a melhoria da mobilidade no contexto viário, visando à segurança e a redução dos riscos de acidentes (BORDIN, 2014).

Rozenstraten (2012) relata que a Psicologia do Trânsito, está além de somente aplicação dos exames psicológicos, é também a prática da observância do comportamento dos indivíduos no trânsito, aperfeiçoamento de testes fidedignos, e dessa forma colaborar na formação e na atuação de instrutores de auto-escola, orientar futuros motoristas e reorientar motoristas infratores.

Hoffmann e Cruz (2011a) dizem que antes de Rozenstraten, havia o que poderia se chamar uma Psicotécnica Aplicada, após sua atuação e desenvolvimento científico, pode-se falar em Psicologia do Trânsito propriamente dita.

De acordo com Pasquali (2011) a entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas pessoas, uma conversação dirigida a um propósito definido que, na clínica, é uma técnica fundamental não só para o diagnóstico como para a intervenção terapêutica. Oliveira (2006) complementa dizendo que a Entrevista Psicológica, clinicamente falando, é uma técnica de investigação científica fundamental, entretanto, corroborando com essa afirmativa Araújo (2007), relata que em Avaliação Psicológica, seja psicodiagnóstico ou avaliação pericial, é um instrumento que complementa os dados obtidos pelos testes e outros procedimentos. Evidencia-se assim, a importância da inter-relação entre essas

técnicas e procedimentos.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia - CFP (2010), a Avaliação Psicológica é um processo que constrói conhecimento por meio de aspectos psicológicos, com objetivo de produzir, orientar, monitorar e encaminhar ações e intervenções sobre a pessoa avaliada, e, solicita cuidados no planejamento, na análise e na síntese dos resultados obtidos.

Para o Conselho Federal de Psicologia (2010), a Psicologia do Trânsito é responsável pelo estudo e prevenção dos acidentes de trânsito, além da elaboração de ações de cunho psicossocial, estabelecendo a relação do homem com o trânsito e isto se dá pela avaliação psicológica no trânsito, que segundo Bianchi (2011), ela busca não só selecionar os condutores aptos como também coletar dados concretos para melhorar a qualidade das vias, prevenção de acidentes e em cima disso, propor soluções para os problemas percebidos.

Segundo CONTRAN (2012) durante a avaliação psicológica do candidato a CNH, deverá ser aferido à tomada de informação e seu processamento, tomada de decisão, o comportamento, orientação espacial e traços de personalidade, atenção, detecção, discriminação, identificação, conhecimento cognitivo, identificação significativa, memória, inteligência, julgamento e juízo crítico.

### 4. DISCUSSÃO

O presente trabalho visa relatar os aspectos relevantes do comportamento humano no trânsito, as relações que aí se estabelecem e suas consequências, bem como abordar o papel do psicólogo inserido neste contexto, mediador do processo de avaliação, decorrente da necessidade de se estabelecer uma padronização no procedimento para aquisição ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O comportamento humano de circular e criar vínculos mais ou menos duradouros com o meio ambiente vivo e material, pode ser compreendido como o elemento integrador das funções das cidades, em termos de espaços de habitação, trabalho e lazer. Logo, a ciência psicológica, entendida como a ciência que estuda as relações dos homens entre e si e deste com o meio ambiente, tem a possibilidade de contribuir diretamente para o estudo do fenômeno social complexo chamado trânsito (SILVA *et al*, 2011).

A partir deste estudo podemos observar que a atividade dos psicólogos neste processo é de fundamental importância, coletando e analisando informações para avaliar as habilidades, a inteligência e a personalidade dos futuros condutores, a fim de definirem como aptos ou inaptos, na perspectiva de colaborar para a segurança viária.

Silva; Alchieri (2007) relatam que a avaliação psicológica do trânsito é de suma importância na investigação

das capacidades gerais e específicas do indivíduo através dos fenômenos psicológicos, visto que proporciona parâmetros para a tomada de decisões em relação ao candidato estar apto ou não para dirigir. Para tanto, o Conselho Federal de Psicologia (2000, p. 3), através da Resolução CFP n 012/2000, sistematizou as características esperadas do condutor que é submetido à avaliação pericial, ainda que reconhecendo a impossibilidade de estabelecer um perfil diferenciado para condutores amadores e profissionais. Essa resolução ainda determina o perfil psicológico do candidato à CNH e do condutor de veículos automotores, que deve considerar:

- Nível intelectual capaz de analisar, sintetizar e estabelecer julgamento diante de situações problemáticas (somente para as categorias C, D, E);
- Nível de atenção capaz de discriminar estímulos e situações adequados para a execução das atividades relacionadas à condução de veículos;
- Nível psicomotor capaz de satisfazer as condições práticas de coordenação entre as funções psicológicas e as áreas audiovisomotoras;
- Personalidade, respeitando as características de adequação exigidas por cada categoria;
- Nível psicofísico, considerando a possibilidade de adaptação dos veículos automotores para os deficientes físicos.

A autora ainda salienta “que a resolução citada não determina quais seriam esses ‘níveis capazes’ e não faz referência aos pontos de corte que deveriam ser adotados”.

Sampaio (2012) apresenta em seu estudo a afirmação de que a avaliação psicológica no trânsito é composta de uma análise conjunta do desempenho de motoristas infratores, não infratores e envolvidos em acidentes, desta forma estabelecendo medidas reais de intervenção.

De acordo com Amorim & Cardoso (2015) o emprego da avaliação psicológica como um processo técnico-científico utilizando métodos, técnicas e instrumentos psicológicos (Resolução n° 007/09), diminuem a prevalência dos testes psicológicos, considerando a relevância da entrevista psicológica, a observação e outras possíveis técnicas psicológicas. Ainda de acordo com os mesmos autores, a resolução do CFP supracitada estabelece que a entrevista psicológica deva ter um propósito definido de avaliação, promovendo subsídios técnicos, complementando os dados obtidos em nos demais instrumentos psicológicos utilizados, além de verificar as condições físicas e psíquicas e identificação de situações que possam interferir na avaliação psicológica, além destas informações, a entrevista deve verificar se o candidato está passando por alguma dificuldade situacional ou qualquer outro fator existencial que possa alterar seu comportamento.

Na literatura, existem três tipos de entrevista: estruturada, semi-estruturada e não estruturada. Embora te-

nam outras nomenclaturas, Burani (2014) julga esse vocabulário mais adequado e o tipo de entrevista é delimitado pela área de atuação. A Resolução CFP n° 007/2009 propõe que a entrevista psicológica seja semi-estruturada, constituída por um roteiro de entrevista com itens de informações básicas e questionamentos baseados no contexto da avaliação psicológica no trânsito. Sustentada nesta resolução, a Resolução CONTRAN n° 425/2012 preconiza como itinerário de entrevista itens com dados básicos relativos a identificação pessoal; motivação da avaliação; histórico escolar e profissional; histórico familiar; indicadores de saúde/doença e aspectos da conduta social. Não obstante, o Anexo I da Resolução CFP n° 007/2009 apresenta como sugestão de roteiro para entrevista, perguntas distintas para cada indicador citado acima.

Para Rueda (2009) o teste psicológico é como uma medida objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento. Padronizado, pois, implica na uniformidade de procedimento na aplicação e pontuação do mesmo. E este, ainda deve responder aos critérios de validade e fidedignidade.

Já Silva (2008) em pesquisa realizada no Rio Grande do Norte tendo como objetivo identificar a preditiva dos instrumentos utilizados na avaliação psicológica constatou mesmo com a impossibilidade de generalização a precisão que os altos ou baixos escores são critérios positivos para definir se o motorista se envolva em algum acidente de trânsito.

Em contrapartida, Marín; Queiroz (2006) afirmam que nesta prática profissional, psicólogos contribuem para a mudança dos acidentes de trânsito.

Já o Art. 5° da Resolução CONTRAN 425/2012, dispõem que sejam avaliados os seguintes processos psíquicos: tomada de informações, processamento de informações, tomada de decisões, comportamento, auto-avaliação do comportamento e traços de personalidade. O Anexo XIII contém as especificidades a serem investigados em cada processo psíquico: tomada de informações, aferem-se as capacidades de atenção (difusa, concentrada e distribuída), detecção, discriminação e identificação; processamento de informação, orientação espacial e avaliação de distância, conhecimento cognitivo, identificação significativa, inteligência, memória, julgamento ou juízo crítico; tomada de decisão, trata-se da capacidade para escolher dentre as várias possibilidades que são oferecidas no ambiente do trânsito, o comportamento seguro para a situação que se apresenta; comportamento, capacidade de adequar os comportamentos às situações contingentes do trânsito e se suas ações correspondem ou não ao que se pretendia fazer; traços de personalidade, equilíbrio dos aspectos emocionais da personalidade, capacidade de socialização e ausência de traços psicopatológicos não controlados.

## 5. CONCLUSÃO

A partir do que foi estudado podemos perceber que a Entrevista está atualmente reconhecida cientificamente como método de investigação complementar na Avaliação Psicológica do Trânsito, porém continua em processo de aperfeiçoamento, buscando o aprimoramento. Para a Psicologia, a Entrevista é um complemento dos testes psicológicos, como vimos anteriormente (SILVA, 2010).

Os testes psicológicos são compreendidos como uma medida objetiva e padronizada de uma amostra do comportamento do sujeito, dessa forma a entrevista teria menos importância e credibilidade por ser um instrumento que predominaria a subjetividade. Entretanto, existe uma desvantagem quanto à entrevista, sob a visão e alguns críticos, a final esta é subjetiva, visto que é passível de interpretação do examinador. No entanto, o planejamento e a sistematização de indicadores objetivos de avaliação de acordo com o propósito pretendido permitiriam uma maior padronização dos dados coletados a partir da entrevista (AMORIM; CARDOSO, 2015).

Diante do que foi analisado nas literaturas estudadas, percebemos que ainda há muito que fazer para colaborar com a avaliação da psicologia nos condutores, candidatos à CNH, autores revelam que é necessário investimento na elaboração dos perfis dos motoristas relacionado aos aspectos da personalidade, remetendo a estudos que avaliam a fidedignidade os testes atualmente aplicados, melhorando a metodologia psicológica, porém outros estudos afirmam que por mais que ainda necessita de aprofundamento de estudos nesta temática, a entrevista propriamente dita, contribui para filtrar candidatos à condutores despreparados, além de contribuir por meio da conscientização à amenizar os acidentes de trânsito.

A literatura estudada e analisada aponta que a psicologia do trânsito estuda o comportamento humano no trânsito, por meio de métodos científicos: o pedestre, o motorista, o ciclista, o motociclista, ou seja, os sujeitos ativos e passivos que compõem o organismo do trânsito.

Portanto, a Entrevista aplicada à Avaliação Psicológica tem relevante importância no contexto do trânsito, pois se apresenta como um processo técnico científico, coletando informações e dados, interpretando informações e propondo estratégias psicológicas de resolução, permitindo um conhecimento cognitivo e psicossocial do condutor, fornecendo informações que possibilitam um diagnóstico a fim de orientar, sugerir e sustentar o processo de tomada de decisão para o fornecimento da CNH. Porém, este instrumento, a Entrevista, carece de pesquisas de aperfeiçoamento e validação, apontando a possível escassez de pesquisas relacionadas à área, além de estar sujeito a interferências subjetivas, tanto do entrevistador quanto do entrevistado.

## REFERÊNCIAS

- [01] ALCHIERI, J. C., & STROEHER, F. Avaliação psicológica no trânsito: O estado da arte no Brasil sessenta anos depois. In R. M. Cruz, J. C. Alchieri, & J. Sardá (Orgs.), *Avaliação e Medidas Psicológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2002.
- [02] AMORIM, M. C.; CARDOSO, H. F. Entrevista psicológica na avaliação pericial em Psicologia do Trânsito. *Psic. Rev. São Paulo*, volume 24, n.1, 107-120, 2015.
- [03] ARAÚJO, M. F. Estratégias de diagnóstico e avaliação psicológica. *Psicologia: Teoria e Prática*. 2007.
- [04] BIANCHI, A. S. *Psicologia do Trânsito: O Nascimento de Uma Ciência. Interação em Psicologia*, 2011.
- [05] BORDIN, V. L. O Exame Psicológico, para obtenção da CNH, em Curitiba-PR. Monografia de Especialização UNIP, Maceió, 2014.
- [06] BOCK, A. M. B. (Org.). *Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. reform. ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.
- [07] BURANI, G. A. A Importância do teste de atenção na renovação da CNH dos condutores. Monografia de Especialização em Psicologia do Trânsito UNIP, Maceio-AL, 2014.
- [08] CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2000) Resolução CFP nº 012/2000 Institui o Manual para Avaliação Psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/legislacao/resolucoes-do-cfp/>. Acesso em: 13 mar. 2015.
- [09] CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2009). Resolução CFP nº 007/2009 revoga a Resolução CFP nº 012/2000, publicada no DOU do dia 22 de dezembro de 2000, Seção I, e institui normas e procedimentos para a avaliação psicológica no contexto do trânsito. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/legislacao/resolucoes-do-cfp/>. Acesso em: 13 mar. 2015.
- [10] CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão*. Primeira Edição, Brasília, 2010.
- [11] CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 012/2000. 2000. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/e-psico/etica/temas\\_atuais/avaliacao-psicologica-transito-012-00.html](http://www.ufrgs.br/e-psico/etica/temas_atuais/avaliacao-psicologica-transito-012-00.html)>. Acesso em: 13 mar. 2015.
- [12] CONTRAN (2004). Resolução nº 168: Estabelece normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 13 mar. 2015.
- [13] CONTRAN (2008). Resolução nº 267: Exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e credenciamento das entidades públicas e privadas. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 13 mar. 2015.
- [14] CONTRAN (2012). Resolução nº 425: Dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas.

- Disponível em:  
<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 31/08/2016.
- [15] Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/PR (2015). Avaliação psicológica no trânsito. [Arquivo PDF]. Disponível em:  
[http://www.detrans.pr.gov.br/arquivos/File/habilitacao/dm\\_p/avaliacao\\_psicologica\\_transito.pdf](http://www.detrans.pr.gov.br/arquivos/File/habilitacao/dm_p/avaliacao_psicologica_transito.pdf)
- [16] GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- [17] HOFFMAN, M. H. & CRUZ, R. M. (2011a) Síntese histórica da psicologia do trânsito no Brasil. Em HOFFMAN, Maria Helena; CRUZ, Roberto Moraes; ALCHIERI, João Carlos (Org.). *Comportamento Humano no Trânsito*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- [18] LUCCA, E. de. Habilidade social: uma questão de qualidade de vida. [2004] Disponível em: <  
[http://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=A0224&area=d4&subarea=>](http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0224&area=d4&subarea=>) Acesso: 31. ago. 2016.
- [19] MARÍN, L., E QUEIROZ, M. S. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Departamento Nacional de Trânsito, & Associação Nacional de Transportes Públicos. *Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras*. Brasília, 2006.
- [20] OLIVEIRA, R. de. O estudo do comportamento humano dentro da Psicologia. 2006. Disponível em:  
[www.webartigos.com](http://www.webartigos.com). Acesso: 28 ago. 2016.
- [21] PANICHI, R. M. D.; WAGNER, A. *Comportamento de Risco no Trânsito: Revisando a Literatura sobre as Variáveis Preditórias da Condução Perigosa na População Juvenil*. Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology – 2006.
- [22] PASQUALI, L. *Técnicas de Exame Psicológico – TEP Manual: Fundamentos das Técnicas Psicológicas*. Volume I: São Paulo: Casa do Psicólogo. 2011.
- [23] PIRES, M. J. F. *Manual básico policiamento e legislação de trânsito*. 2008.
- [24] ROZENSTRATEN, R., J. A. *Psicologia de Trânsito: conceitos e processos básicos*. São Paulo: E.P.U.: Editora da Universidade de São Paulo. 2012.
- [25] RUEDA, F. J. M. *Atenção concentrada e memória: evidências de validade entre instrumentos no contexto da psicologia do trânsito*. Psicologia: Teoria e Prática, 2009.
- [26] SAMPAIO, M. H. L.; *Avaliação Psicológica no Trânsito: Análise do desempenho de motoristas infratores, não infratores e envolvidos em acidentes*. Campinas, 2012. Disponível em:  
[www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br). Acessado em: 29 de ago. 2016.
- [27] SOUZA, D. de A. *Legislação de Trânsito*. Brasília, 2010.
- [28] SILVA, F. H. V. C., & ALCHIERI, J. C. *Avaliação psicológica da personalidade de condutores: Uma revisão de literatura*. Psico-USF. 2007.
- [29] SILVA, A. L. P. da; HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M.. *Psicologia no trânsito: possibilidades de atuação e benefício social*. 3. ed. São Paulo: Casapsi Livraria e Editora Ltda, 2011.
- [30] SILVA, F. H. V. *A Psicologia do Trânsito e os 50 anos de Profissão no Brasil*. Psicologia: Ciência e Profissão, 2012.
- [31] SILVA, F. H. V. de C.; ALCHIERI, J. C. *Avaliação psicológica da personalidade de condutores: uma revisão de literatura*. Psico-USF, v. 12, n. 2, 2007.
- [32] SILVA, F. H. V. de C.; ALCHIERI, J. C. *Revisão das pesquisas brasileiras em avaliação psicológica de habilidades e inteligência de condutores*. Estudos de Psicologia 2008.
- [33] SILVA, M. A. *Psicologia do trânsito ou avaliação psicológica no trânsito*. Encontro: Revista de Psicologia, 2010.